

o cargo de vereador, solicitando ainda como proceder, está é o breve relatório. Para efetivar a desincompatibilização do Conselheiro Tutelar este deverá efetivar um Ofício, solicitando o afastamento para presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente bem como para o chefe do Poder executivo na pessoa do prefeito Municipal, em face a candidatura de vereador ao pleito de dois mil e dezesseis. Este deverá ser realizada três meses antes do pleito ou seja até dia dois de julho de dois mil e dezesseis. Conselheiro Tutelar por não ser considerado servidor público municipal estatutário e nem celetista não tem direito a licença remunerada pelo período de afastamento conforme entendimento do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Recurso Especial nº mil. trezentos e dois setesentos e dezanove - PR (2009/0015280-1)

Relatora - Ministra Maria Theresza de Lousis

Recorrente: Ministério Público do Estado do

Recorrido: Altemir Matana e outro

Ementa -

Recurso Especial. Administrativo. Conselheiro Tutelar. Ausência de Direito à licença remunerada para concorrer a cargo eletivo municipal. Recurso Especial provido. O Município poderá chamar o suplente caso haja necessidade para cobrir este afastamento, apenas temporariamente. Atenciosamente: Superior Justiça Municipal São Pedro da Cipa, vinte e um de março de dois mil e dezesseis, Edmilson Vascon-